1 **ATA 2677ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA** Aos onze dias do mês de abril do ano
2 de 2018, às nove horas e quarenta minutos, teve início em sua Sede, na Praça da
3 República, nº 53, a segunda milésima sexcentésima septuagésima sétima Sessão
4 Plenária Ordinária do Conselho Estadual de Educação, sob a Presidência da
5 Conselheira Bernardete Angelina Gatti, com o sorteio dos processos das Câmaras de
6 Educação Básica e Superior. Compareceram os Conselheiros Cleide Bauab Eid
7 Bochixio, Débora Gonzalez Costa Blanco, Décio Lencioni Machado, Dom Carlos Lema
8 Garcia, Edson Hissatomi Kai, Francisco Antônio Poli, Francisco de Assis Carvalho
9 Arten, Francisco José Carbonari, Ghisleine Trigo Silveira, Guiomar Namó Silveira, Jair
10 Ribeiro da Silva Neto, João Otávio Bastos Junqueira, Laura Laganá, Luís Carlos de
11 Menezes, Márcio Cardim, Martin Grossmann, Roque Theóphilo Júnior, Rose Neubauer,
12 Sonia Teresinha de Sousa Penin e Sylvia Figueiredo Gouvêa. **01.** Colocada em
13 votação, a Ata de nº 2676 de 04/04/2018 foi aprovada por unanimidade. **02.**
14 Justificaram a ausência os Conselheiros Eliana Martorano Amaral, Hubert Alquéres e
15 Iraíde Marques de Freitas Barreiro. **03. AVISOS E COMUNICAÇÕES DA**
16 **PRESIDÊNCIA:** a) o Cons. Nilton José Hirota da Silva, solicitou afastamento, no
17 período de 05 de abril a 07 de maio, e será substituído pela Cons^a Suplente Sonia
18 Teresinha de Sousa Penin; b) participará no dia 12/04/2018, às 14 horas, de uma
19 reunião no GEDUC – Ministério Público de São Paulo/ Núcleo Capital, para discutir
20 algumas questões educacionais que o MP tem levantado e outras que possam trazer,
21 e para as quais poderia haver a colaboração deste Conselho. **04. PALAVRA ABERTA**
22 **AOS CONSELHEIROS:** A Cons^a Sonia Teresinha de Sousa Penin comunicou que no
23 próximo dia 12 de abril, de 2018, às 17h30 min, a Faculdade de Educação da
24 Universidade de São Paulo – FEUSP, fará uma homenagem Póstuma ao Professor
25 CELSO DE RUI BEISIEGEL, por sua inestimável contribuição acadêmica no exercício
26 da docência, pesquisa e administração universitária. A Presidência lembrou que o
27 Professor Celso de Rui Beisiegel foi membro deste Conselho, por vários períodos.
28 **Cons. Francisco José Carbonari** parabenizou o Prefeito de São Paulo, João Dória
29 pela derrubada do muro da USP que separa a raia olímpica da universidade da
30 Marginal Pinheiros. A região será revitalizada com iluminação, e está sendo colocado
31 um gradil de acrílico no local, proporcionando, assim, à população um visual muito mais
32 agradável. Em seguida, pediu permissão para fazer a leitura de um texto sobre a
33 **Autonomia dos Sistemas Estaduais.** Historiando, lembrou que o Conselho Nacional
34 de Educação aprovou em 8 de março de 2018, o Parecer 146/2018, homologado pelo
35 Ministro da Educação em 6 de abril de 2018, que versa sobre os cursos de Pós-
36 Graduação *Lato Sensu* no Sistema Federal de Ensino. O documento reexamina o
37 Parecer 245/2016, que foi devolvido ao CNE, pelo MEC, para nova análise. Embora o
38 texto não se aplique ao nosso sistema, pois, como diz a ementa: “estabelece diretrizes
39 e normas para a oferta dos cursos de Pós Graduação Lato Sensu denominados Cursos
40 de Especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior”, é um texto
41 que vale a pena ser lido, pois possui algumas passagens muito interessantes: em
42 primeiro lugar, para verificarmos se podemos aproveitar ideias ali apresentadas para as
43 nossas regulamentações; segundo, porque ele apresenta um levantamento completo
44 sobre a trajetória histórica do conjunto de normas a respeito dos cursos de pós-
45 graduação “*lato sensu*”, bem como sobre os dispositivos legais em vigor relativos a
46 esses cursos. Remonta a 1925, quando se criou o Curso Especial de Higiene e Saúde
47 para médicos, coordenado pelo Instituto Osvaldo Cruz, (considerado o primeiro curso
48 nessa modalidade, embora não com esse nome), chegando até as regulamentações
49 que aconteceram após a LDB de 1996. O Parecer 245/2016, objeto de reexame, não
50 foi homologado e foi encaminhado à Consultoria Jurídica do MEC que emitiu uma Nota
51 Técnica para subsidiar a decisão do Ministro de não homologá-lo. A Nota Técnica da
52 Conjur entrou na discussão da competência e autonomia dos Conselhos Estaduais. Ela
53 afirma entre outras coisas: *A inflação normativa no Direito Educacional, sobretudo nos*

1 últimos anos, advindas dos diversos órgãos do Ministério e do Conselho Nacional de
2 Educação, desnorteiam até mesmo as mentes mais lúcidas e conhecedoras das
3 autonomias de competência dos Entes federados, e, no caso, dos Sistemas de Ensino
4 Federal, Estadual e Municipal. Compreende-se que são complexas as relações que se
5 estabelecem na área da Educação Superior entre a União e os Estados federados, e
6 entre a União e as Instituições de educação superior, porém é descabido e ilegal o
7 constante controle do sistema federal, expresso por meio de medidas normativas
8 impróprias e deliberações que aparentemente legitimam a garantia de qualidade, mas
9 ferem a autonomia dos Sistemas Estaduais e Municipais de Ensino, revelando
10 desconhecimento dos propositores das regras sobre a Constituição e a Lei de
11 Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Observa-se uma avalanche de regras que
12 tentam controlar ou cercear a possibilidade de autonomia dos Sistemas de Ensino e
13 das instituições. O texto lembra ainda parecer do Conselho Estadual de Santa
14 Catarina: "(...) na organização de uma Federação, depreende-se que os órgãos
15 centrais da União deveriam reservar para si apenas o poder indispensável para o
16 exercício de suas próprias atividades, na indeclinável função de coordenação de metas
17 nacionais e para assegurar a Soberania do Estado. [...] Em vez disso, encontra-se uma
18 plethora de decretos, portarias, resoluções, instruções normativas, notas técnicas, com
19 objetivos centralizadores como se precisassem os Estados-membros da permanente
20 tutela de uma tecnoburocracia instalada na esfera federal. E continua: "Nesse mesmo
21 sentido, convém citar que, em relação à autonomia dos Sistemas de Ensino dos
22 Estados, o Conselho Estadual de São Paulo, já há anos, por meio de circunstanciado
23 Parecer nº 061, de 31 de março de 2004 (de autoria do ex-Conselheiro Eduardo
24 Martinês), reafirmou a autonomia do Sistema Estadual daquele Estado no que se refere
25 às competências expressas no artigo 10, IV da LDB (autorizar, reconhecer, credenciar,
26 supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação
27 superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino). Alerta ainda, o Conselho
28 Estadual de São Paulo, que as competências não estão restritas aos cursos de
29 graduação, mas a todos os níveis dispostos no artigo 44 da LDB, incluindo as Escolas
30 de Governo e a Pós-Graduação Stricto Sensu. Cita ainda vários acórdãos e decisões
31 dos Tribunais que reconhecem a competência dos estados para regular seu sistema.
32 Em seguida ele discorre sobre as chamadas "Escolas de Governo" e as Escolas
33 Militares. A conclusão do Parecer é que o CNE e o MEC não podem regular os cursos
34 de Ensino Superior, incluindo Pós-Graduação lato sensu dos Sistemas Estaduais e
35 termina com uma nova proposta de Resolução somente para o Sistema Federal. Em
36 seguida, o **Cons. Francisco José Carbonari** comentou a Portaria MEC nº 329, de 5
37 de abril de 2018, que dispõe sobre a autorização e o funcionamento de cursos de
38 graduação em Medicina nos sistemas de ensino dos estados e do Distrito Federal (na
39 íntegra). O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe
40 confere o art. 87, Parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o
41 disposto no art. 6º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com redação dada
42 pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; nos arts. 8º , § 1º , 9º , inciso VII, e 46,
43 § 5º , da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; em conformidade com a Lei nº
44 12.871, de 22 de outubro de 2013; com o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017; e
45 com o art. 41, § 2º , do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, resolve: Art. 1º
46 Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal deverão adotar os critérios
47 definidos na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, nos termos definidos pelo art. 46,
48 § 5º, da Lei nº 9.394, de 1996, para a autorização e o funcionamento de cursos de
49 graduação em Medicina. Parágrafo único. Os processos de autorização de cursos de
50 graduação em Medicina nos estados e no Distrito Federal deverão ser precedidos de
51 procedimento de chamamento público para seleção de municípios e de propostas das
52 instituições públicas de ensino superior dos seus respectivos sistemas de ensino. Art.
53 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Lei nº. 12.871, de 22 de

1 outubro de 2013 que Institui o Programa mais Médicos e dá outras providências. Art.
2 3º A autorização para o funcionamento de curso de graduação em Medicina, por
3 instituição de educação superior privada, será precedida de chamamento público, e
4 caberá ao Ministro de Estado da Educação dispor sobre: Art. 4º O funcionamento dos
5 cursos de Medicina é sujeito à efetiva implantação das diretrizes curriculares nacionais
6 definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Diante do que foi apresentado,
7 o Cons. Carbonari entende que o CEE deve discutir sobre duas questões: 1ª) se o
8 Conselho quer que esta Portaria se aplique ao estado de São Paulo; 2ª) ou se quer a
9 suspensão dos Cursos de Medicina, da forma como a União estabeleceu. Reiterou a
10 necessidade de essa discussão vir a Plenário e por esse motivo apresentou sua
11 contribuição sobre o assunto. O **Cons. Décio Lencioni Machado** sugeriu que todos os
12 Conselheiros, além do Parecer CEE nº 61/2004, do ex-Cons. Eduardo Martines Júnior,
13 tivessem acesso à Deliberação CEE nº 101/2010, da Consª Nina Beatriz Stocco
14 Ranieri, que ele, pretensiosamente, chamou de “hierarquia das leis”, que mostra, com
15 muita clareza todo o regramento que dificulta a atuação dos sistemas estaduais. O
16 **Cons. Roque Theóphilo Júnior** considera o raciocínio do Cons. Carbonari perfeito e,
17 também, de ótima lembrança os documentos já citados, relatados pelo Cons. Eduardo
18 Martines Júnior e pela Consª Nina Beatriz Stocco Ranieri. Concorda que este Conselho
19 deva se manifestar no sentido de que não se atenda à Portaria MEC nº 329, de 5 de
20 abril de 2018, porque da forma como ela foi feita, a hipótese está totalmente fora de
21 aplicação pelo Sistema Educacional de São Paulo. O **Cons. Luís Carlos de Menezes**
22 comentou que a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, no que refere ao Ensino
23 Médio, teve a sua primeira proposta lançada nos últimos dias e que vai haver uma
24 discussão nacional, com reuniões setoriais, por região, e a de São Paulo será no dia
25 08/06/2018. Disse ter feito parte da BNCC do ensino fundamental; participou de três
26 reuniões e achou que as mesmas foram pouco produtivas; as manifestações eram
27 corporativas; e o conteúdo e metodologia praticamente não foram abordadas. No que
28 toca ao ensino médio, que já vem precedido por uma lei e também por conta de
29 produzir uma transformação expressiva em sua condução, o Cons. Menezes acredita
30 que ambas as Câmaras precisam analisar muito bem a proposta apresentada e que
31 este Conselho se faça representar na reunião do dia 08/06. O **Cons. Jair Ribeiro da**
32 **Silva Neto** registrou sua preocupação, a fim de provocar este Conselho, sobre a
33 ausência de um quadro de gestores efetivos na sede, o que ocasiona a falta de
34 continuidade de programas e suas memórias, bem como afeta a qualidade da
35 execução das iniciativas da Secretaria. Considerando o tamanho e alcance da
36 Secretaria Estadual, seria importante criar, a longo prazo, um plano de carreira e de
37 capacitação de gestores da Secretaria, como existe em outras organizações estatais.
38 Manifestaram-se sobre o assunto os Conselheiros Francisco Antonio Poli, Martin
39 Grosmann, Rose Neubauer, Francisco José Carbonari e Guiomar Namó de Mello. A
40 **Presidência** encerrou a discussão sobre o assunto por considerá-lo muito sério, pois
41 tem a ver com formação de quadro de pessoal e que precisa ser muito estudado, antes
42 de este Conselho emitir parecer. Todos sabem da falência do ensino superior em
43 formar pessoas e da dificuldade, até em selecionar pessoas, e que, nos concursos, dá
44 para notar que o nível de seleção está cada vez mais baixo. O **Cons. Francisco de**
45 **Assis Carvalho Arten** registrou a presença do Senhor Eduardo Augusto Vella
46 Gonçalves, Diretor do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis; do Senhor
47 Marcos Bassi, Reitor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul; Senhor
48 Sandoval Nassa, Diretor Executivo da Associação das Instituições Municipais de
49 Ensino Superior de São Paulo. O Cons. Francisco Arten comentou sobre a VIII edição
50 do Encontro Educacional da Associação das Instituições Municipais de Ensino Superior
51 do Estado de São Paulo (AIMES/SP), que aconteceu de 4 a 6 de abril de 2018, na
52 cidade de Assis. Informou que no dia 05 de abril, foi dado mais um passo importante
53 para o fortalecimento das Autarquias Municipais de Ensino Superior, com a criação da

1 Associação Nacional das Instituições Municipais de Ensino Superior - ANIMES.
2 Parabenizou o Prof. Dr. José Celso Freire Júnior, da UNESP, que vem trabalhando a
3 questão da internacionalização no âmbito do ensino superior. O Cons. Francisco Arten
4 questionou sobre a aplicabilidade da Portaria MEC nº 329, de 5 de abril, sobre os
5 Cursos de Medicina. A **Presidência** informou que foi encaminhada uma consulta à
6 CLN, com urgência, sobre essa questão e, assim que tiver um posicionamento, o
7 assunto será pautado para o Plenário. Comentou que o que rege os Cursos de
8 Medicina são as Resoluções do CNE, sobre currículo, e é preciso ficar atento às
9 reformulações que acontecem. Lembrou que este CEE tem uma Comissão Especial
10 com a finalidade de desenvolver estudos e apresentar, se couber, proposta de
11 indicação e/ou deliberação sobre os **Cursos de Medicina** analisados no âmbito do
12 Sistema Estadual de Ensino Superior. Esta Comissão deverá apresentar sua proposta
13 até o próximo dia 30/05/2018. Sobre as Comissões em andamento, aproveitando o
14 ensejo, citou também a Comissão Especial com a finalidade de discutir e apresentar
15 proposições de orientação com vistas à atenção escolar a estudantes em condição
16 social de risco, cujo prazo termina, também, no dia 30/05/2018; Comissão Especial
17 com a finalidade de elaborar diagnóstico analítico para situar questões relativas à Lei
18 Federal nº 13.415/2017 – **Ensino Médio** –, com ênfase na qualificação do significado
19 possível das trajetórias curriculares, cujo prazo é 15/06/2018; Comissão Especial para
20 estudo de providências relacionadas ao Decreto nº 9057, de 25 de maio de 2017, que
21 “Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as
22 diretrizes e bases da educação nacional”. Comissão Especial com a finalidade de
23 desenvolver estudos sobre **Regimento Escolar** e apresentar proposta para o Sistema
24 de Ensino do Estado de SP, cujo prazo termina, também, no dia 30/05/2018. A
25 **Presidência** solicitou aos senhores, Presidentes de Comissão, que façam seus roteiros
26 cronológicos para finalizar seus trabalhos e que todos atentem para os compromissos
27 assumidos, para que este Conselho possa caminhar de um modo mais objetivo, mais
28 bem dirigido e de uma forma mais concreta. **05. MATÉRIA DELEGADA:** aprovada em
29 04/04/2018, nos termos da Deliberação CEE 157/2017. **5.1** Indicação de Especialistas
30 da CES para os Proc^s. CEE nºs 042/2018, 050/2014, 120/2015 e 585/2009. **5.2**
31 Pareceres aprovados na CES e na CEB em 04/04/18, nos termos da Deliberação CEE
32 nº 157/2017. **Proc. DER/Centro Sul 52/0004/2018** _ Silvia Cardoso de Oliveira (aluno
33 G.C.S.). **Parecer 137/18** _ da Câmara de Educação Básica, relatado pelo Cons. Nilton
34 José Hirota da Silva. Deliberação: 2.1 Nos termos deste Parecer, defere-se o pedido
35 apresentado contra a retenção do estudante G.C.S., na 2ª série do Ensino Médio, do
36 Colégio Civitatis, jurisdicionado à DER Centro Sul. 2.2 Recomendamos que a equipe
37 de Supervisão reveja o Regimento da Escola com relação ao processo de recuperação,
38 limitação da nota de recuperação e critérios de definição de médias, pois, da forma
39 como estes pontos estão estabelecidos afronta-se o princípio de uma avaliação que
40 espelha a realidade, pois mesmo quando o aluno recupera-se totalmente, isto não é
41 reconhecido. Além disso a menção final não é arredondada como as menções
42 bimestrais, afrontando-se o princípio da razoabilidade. 2.3 Envie-se cópia deste
43 Parecer à responsável pelo aluno, ao Colégio Civitatis, à DER Centro Sul, à
44 Coordenadoria de Gestão da Educação Básica - CGEB e à Coordenadoria de
45 Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional - CIMA. **Proc. DER Osasco**
46 **105/0025/2018** _ Gilse Martins Pereira de Brito (aluno M.P.B.). **Parecer 138/18** _ da
47 Câmara de Educação Básica, relatado pela Cons^a Ghisleine Trigo Silveira.
48 Deliberação: 2.1 Nos termos deste Parecer, defere-se o pedido apresentado contra a
49 retenção do aluno M. P.B., no 4º ano do Curso de Educação Profissional Técnica de
50 Nível Médio em Eletrônica, na Fundação Instituto Tecnológico de Osasco,
51 jurisdicionado à DER Osasco. 2.2 Envie-se cópia deste Parecer à Interessada, à
52 Fundação Instituto Tecnológico de Osasco, à DER Osasco, à Coordenadoria de
53 Gestão da Educação Básica - CGEB e à Coordenadoria de Informação, Monitoramento

1 e Avaliação Educacional - CIMA. **Proc. CEE 195/2006** _ Reatuado em 27/06/17 _
2 USP / Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. **Parecer 139/18** _
3 da Câmara de Educação Superior, relatado pelo Cons. Hubert Alquéres. Deliberação:
4 2.1 Aprova-se, com fundamento na Deliberação CEE nº 142/16, o pedido de
5 Renovação do Reconhecimento do Curso de Bacharelado em Física Médica, oferecido
6 pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de
7 São Paulo, pelo prazo de cinco anos. 2.2 A presente renovação do reconhecimento
8 tornar-se-á efetiva por ato próprio deste Conselho, após homologação deste Parecer
9 pela Secretaria de Estado da Educação. **Proc. CEE 291/2011** _ Reatuado em
10 04/12/17 _ Escola de Educação Permanente do Hospital das Clínicas da Faculdade de
11 Medicina da USP. **Parecer 140/18** _ da Câmara de Educação Superior, relatado pelo
12 Cons. Décio Lencioni Machado. Deliberação: 2.1 Aprova-se, com fundamento na
13 Deliberação CEE nº 147/2016, a alteração no Projeto do Curso de Especialização em
14 Fisioterapia em Saúde da Mulher, da Escola de Educação Permanente do Hospital das
15 Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, e toma-se conhecimento da nova turma
16 em 2018. **Proc. CEE 783/1996** _ Reatuado em 22/12/17 _ CEAF – Escola Superior do
17 Ministério Público. **Parecer 141/18** _ da Câmara de Educação Superior, relatado pelo
18 Cons. Décio Lencioni Machado. Deliberação: 2.1 Aprova-se, com fundamento na
19 Deliberação CEE nº 147/2016, a alteração no Projeto do Curso de Especialização em
20 Interesses Difusos e Coletivos do CEAF - Escola Superior do Ministério Público, e
21 toma-se conhecimento da nova turma em 2018. **06. PAUTA: Proc. DER**
22 **Guaratinguetá 02/1049/2018 e 238/1049/2018** _ Robson Ferreira da Costa
23 (responsável). O **Parecer 142/18** _ da Câmara de Educação Básica, relatado pelo
24 Cons. D. Carlos Lema Garcia foi aprovado por unanimidade. Deliberação: **2.1** Indefere-
25 se, nos termos da Deliberação CEE nº 155/2017, o pedido apresentado contra a
26 retenção do aluno H. H. F. C., no 9º. Ano do Ensino Fundamental, no Colégio
27 Millennium, jurisdicionado à DER Guaratinguetá. **2.2** De comum acordo com a Escola,
28 a família deve promover o acompanhamento do aluno em tratamentos especializados
29 durante o decorrer deste ano, já que a mera retenção pode não ser suficiente. Solicita-
30 se uma informação atualizada a este Conselho, no final do corrente ano letivo (2018).
31 **2.3** Envie-se cópia deste Parecer ao responsável pelo aluno, ao Colégio Millennium, à
32 DER Guaratinguetá, à Coordenadoria de Gestão da Educação Básica – CGEB e à
33 Coordenadoria de Informação, Monitoramento, e Avaliação Educacional – CIMA. **Proc.**
34 **CEE nº 092/2017.** Interessado: Colégio Integral INACI. Assunto: solicita autorização de
35 funcionamento do Curso de Especialização Técnica de Nível Médio em Unidade de
36 Terapia Intensiva – UTI, na modalidade EaD. Relator: Cons. Dom Carlos Lema Garcia
37 – CEB. O processo foi retirado de pauta atendendo pedido de vista do Cons. Martin
38 Grossmann, por uma sessão. **Proc. CEE 213/2017** _ Instituto de Saúde Integrada –
39 ISI/Campinas. O **Parecer 143/18** _ da Câmara de Educação Básica, relatado pela
40 Consª. Débora Gonzalez Costa Blanco, foi aprovado por unanimidade. Deliberação: **2.1**
41 Nos termos deste Parecer, prorroga-se, em caráter excepcional, o Credenciamento do
42 Instituto de Saúde Integrada – ISI/ Campinas, em até seis meses contados a partir de
43 29/03/2018. **2.2** Encaminhe-se cópia deste Parecer ao Instituto de Saúde Integrada –
44 ISI/ Campinas, à DER Campinas Leste, à Coordenadoria de Gestão da Educação
45 Básica - CGEB, à Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação
46 Educacional - CIMA. **Proc. DER Franca nº 1230/1048/2017.** Interessada: Diretoria de
47 Ensino Região Franca. Assunto: Consulta sobre certificado expedido pela Faculdade
48 de Tecnologia, Ciências e Educação – FATECE /Pirassununga. Relator: Cons. João
49 Otávio Bastos Junqueira – CES. O processo retorna à Câmara de Educação Superior,
50 a pedido do Cons. Francisco de Assis Carvalho Arten, vice-presidente, no exercício da
51 Presidência, da citada Câmara. **Proc. CEE nº 015/2018.** Interessado: Danilo Alves da
52 Conceição. Assunto: Consulta quanto à formação curricular para lecionar disciplina de
53 História. Relator: Cons. Edson Hissatomi Kai – CES. O processo foi retirado de pauta

1 atendendo pedido de vista da Cons^a. Ghisleine Trigo Silveira, por uma sessão. **Proc.**
2 **CEE 261/2017** _ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis. O **Parecer**
3 **144/18** _ da Câmara de Educação Superior, relatado pela Cons^a. Iraíde Marques de
4 Freitas Barreiro foi aprovado por unanimidade. Deliberação: **2.1** Aprova-se, com
5 fundamento na Deliberação CEE nº 142/2016, o Projeto do Curso de Bacharelado em
6 Enfermagem, apresentado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis.
7 **2.2** Recomenda-se à Instituição que dê atenção ao perfil definido nas Diretrizes
8 Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem – Resolução
9 CNE/CES nº 03/2001, que pressupõe a formação generalista, para atuar em todos os
10 níveis de atenção à Saúde, o que exige boa integração com o sistema de saúde local.
11 **2.3** Para a autorização de funcionamento do Curso, a Instituição deverá solicitar a este
12 Conselho no prazo de um ano, com possibilidade de prorrogação por igual período, a
13 visita de Especialistas às suas instalações, para a verificação do cumprimento dos
14 Termos de Compromisso e para a elaboração de Relatório circunstanciado, nos termos
15 da Deliberação CEE nº 142/2016, reiterando-se que até essa aprovação a Instituição
16 não poderá realizar processo seletivo para o Curso citado. **2.4** A presente aprovação
17 tornar-se-á efetiva por ato próprio deste Conselho, após homologação deste Parecer
18 pela Secretaria de Estado da Educação. **Proc. CEE 232/2015** – Reautuado em
19 26/02/18 _ Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel. O **Parecer 145/18** _
20 da Câmara de Educação Superior, relatado pela Cons^a. Iraíde Marques de Freitas
21 Barreiro foi aprovado por unanimidade. Deliberação: **2.1** Aprova-se, com fundamento
22 na Deliberação CEE nº 112/2012, a alteração no Projeto do Curso de Especialização
23 em Educação Especial – Deficiência Intelectual, do Instituto Municipal de Ensino
24 Superior de São Manuel, e toma-se conhecimento da nova turma de 2018. **2.2** A
25 Instituição deverá elaborar Relatório Final circunstanciado sobre o Curso, mantendo-o
26 em seus arquivos para efeito de futura avaliação deste Conselho. **Proc. CEE nº**
27 **281/2013**. Interessada: Fundação Instituto de Educação de Barueri. Assunto:
28 Retificação do Parecer de Credenciamento. Relator: Cons. Roque Théóphilo Júnior –
29 CES. O processo retorna à Câmara de Educação Superior, a pedido do Cons.
30 Francisco de Assis Carvalho Arten, vice-presidente, no exercício da Presidência, da
31 citada Câmara. Nada mais havendo a tratar, às doze horas e dez minutos, a Senhora
32 Presidente declarou encerrada a Sessão. Eu, Aurea Maia Egéa, lavrei, datei e assinei a
33 presente Ata que, após lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. São
34 Paulo, 11 de abril de
35 2018.....
36 Bernardete Angelina Gatti.....
37 Cleide Bauab Eid Bochixio.....
38 Débora Gonzalez Costa Blanco.....
39 Décio Lencioni Machado.....
40 Dom Carlos Lema Garcia.....
41 Edson Hissatomi Kai.....
42 Francisco Antonio Poli.....
43 Francisco de Assis Carvalho Arten.....
44 Francisco José Carbonari.....
45 Ghisleine Trigo Silveira.....
46 Guiomar Namó de Mello.....
47 Jair Ribeiro da Silva Neto.....

- 1 João Otávio Bastos Junqueira.....
- 2 Laura Laganá.....
- 3 Luís Carlos de Menezes.....
- 4 Márcio Cardim.....
- 5 Martin Grossmann.....
- 6 Roque Theóphilo Junior.....
- 7 Rose Neubauer.....
- 8 Sonia Teresinha de Sousa Penim.....
- 9 Sylvia Figueiredo Gouvêa.....
- 10